

R(E)H

DAVID HUME E SUAS DUAS DEFINIÇÕES DE “CAUSA”

Rômulo Martins Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

mp.romulo@gmail.com

Resumo: Ao fim de sua investigação acerca do modo como empreendemos raciocínios causais e como originamos a relação de causação, Hume nos fornece não apenas uma, mas duas definições acerca dessa relação. Enquanto a primeira se refere às relações encontradas na experiência entre os objetos que denominamos causas e efeitos, a saber, sucessão, contiguidade e conjunção constante; a segunda se refere à determinação mental, a qual o filósofo reconhece como sendo a fonte de nossa ideia de conexão necessária. Essa aparente ambivalência ocasiona uma multiplicidade de interpretações possíveis, as quais buscam responder, no geral, às seguintes questões: Porque o filósofo nos fornece duas definições distintas para um mesmo conceito? Essas definições se equivalem extensiva e intencionalmente? Se não, qual dessas definições ele considera como sendo a mais fundamental ou adequada para caracterizar a relação de causação? Se sim, como é possível essa equivalência, tendo em vista as suas diferenças? No presente trabalho, buscaremos delinear brevemente algumas respostas a elas. Em suma, defenderemos que ambas as definições são fundamentais para que possamos conceber pares de objetos como sendo causais.

Palavras-chave: causação; conjunção constante; conexão necessária; impressão; Hume

Abstract: At the end of his inquiry of how we engage with causal reasoning and how we originate the relation of causation, Hume provides us with not only one but two definitions of this relation. The first refers to the relations found in experience between the objects we call causes and effects, namely, succession, contiguity, and constant conjunction. The second refers to the mental determination, by which it is determined the source of our idea of necessary connection. This apparent ambivalence leads to an enormous multiplicity of possible interpretations, which in general seek to answer the following questions: Why does the philosopher give us two different definitions for the same concept? Are these definitions extensively and intentionally equivalent? If not, which of these definitions does he consider to be the most fundamental to characterize the causal relation? If so, how is this equivalence possible, given their differences? We will briefly consider and analyze some answers to them. In short, we will argue that both definitions are fundamental for us to conceive pairs of objects as being causal.

Keywords: causation; constant conjunction; necessary connection; impression; Hume

I

Tanto no *Tratado da natureza humana*, como na *Investigação sobre o entendimento humano*, Hume busca explicitar em que consiste a nossa relação de causação, mediante uma investigação acerca do modo como inferimos causalmente e, conseqüentemente, do modo como se origina a nossa crença na conclusão de uma inferência causal, ao invés de tentar explicitar em que consistem nossas inferências causais, tendo por base uma definição dessa relação. A ordem de sua análise foi aparentemente invertida porque, ao examinar a origem de nossa ideia da relação de causação, Hume apenas encontra, na experiência, as relações de sucessão, contigüidade e conjunção constante. Isso o leva a considerar que nós passamos a pensar em termos de necessitação, não porque encontramos empiricamente uma relação de necessidade entre os objetos, mas sim porque, após termos experienciado uma conjunção constante entre tipos de objetos sucessivos e contíguos, nós adquirimos um hábito associativo que determina a nossa mente a sempre antever o outro objeto que não nos foi dado na experiência atual (ou seja, por causa dessa determinação, esperamos que essa conjunção vai se manter uniforme também em instâncias futuras, nas quais apenas experienciamos um desses tipos de objetos). Nesse sentido, ao localizar a fonte de nossa ideia de necessidade nessa determinação mental, Hume afirma que “[e]ste é o momento de reunir as diferentes partes deste raciocínio e, com elas, compor uma definição exata da relação de causa e efeito, tema da presente investigação” (T 1.3.14.30). Não obstante, ao invés de nos fornecer essa “definição exata”, Hume nos fornece não uma, mas duas definições dessa relação. Essa aparente ambivalência ocasiona uma multiplicidade de interpretações possíveis, as quais, no geral, buscam responder as seguintes questões: por que Hume nos fornece duas definições diferentes para um mesmo conceito? Se se considera que Hume nos fornece duas definições que não se equivalem, nem intencionalmente, nem extensivamente, qual dessas definições ele considera como sendo a mais fundamental ou a mais adequada para caracterizar a relação de causação? Se se considera que as definições são, de algum modo, equivalentes, como é possível tal equivalência, tendo em vista as suas diferenças? Afinal, o que ele quer dizer ao afirmar que, com as diferentes partes de seu raciocínio, ele irá compor uma “definição exata” de “causa”?

De modo a respondermos essas perguntas, vejamos como Hume formula a primeira definição de “causa” (C1), tanto no *Tratado* como na *Investigação*:

Podemos definir uma *causa* como ‘Um objeto anterior e contíguo a outro, tal que todos os objetos semelhantes ao primeiro mantêm relações semelhantes de anterioridade e contigüidade com os objetos semelhantes ao último’ (T 1.3.14.31, grifo do autor)

Objetos semelhantes estão sempre conjugados a objetos semelhantes; disso temos experiência. Podemos, portanto, em conformidade com essa experiência, definir uma causa como *um objeto, seguido de outro, tal que todos os objetos semelhantes ao primeiro são seguidos por objetos semelhantes ao segundo* (EHU, 7.2.29, grifo do autor).

Uma vez que a formulação de C1 na Investigação não faz referência à relação de contiguidade, tendo em vista que Hume a omitiu, porque nem todos os objetos considerados causas e efeitos são contíguos espacialmente, como, ainda assim, eles devem ser contíguos temporalmente (isto é, não deve haver uma lacuna temporal entre eles), para fins de nossa análise, focaremos na formulação de C1 conforme apresentada no Tratado. Como o próprio filósofo afirma imediatamente antes dessa passagem no Tratado, C1 apresenta os aspectos acerca da causação que a caracterizam como uma relação filosófica. As relações filosóficas compreendem “... todas as qualidades que tornam os objetos passíveis de comparação” (T 1.1.6.2), isto é, todas as relações que podem ser descobertas ao compararmos os objetos. Nesse sentido, todas as relações que podemos descobrir entre os objetos são relações filosóficas, isto é, comparações entre ideias, mas apenas algumas delas são também relações naturais, “... qualidades que dão origem a tal associação, e que levam a mente, dessa maneira, de uma ideia a outra...” (T 1.1.4.1).

Sobretudo, Hume apenas pôde descobrir a relação de conjunção constante porque, ao invés de se deter, mediante a aplicação de seu princípio de cópia, no exame de nossa ideia de causação (e, conseqüentemente, em nossa falha em detectar a origem de nossa ideia de conexão necessária, em instâncias singulares), ele passou a investigar como nós inferimos acerca de causas e efeitos particulares. Embora uma definição de causação como uma relação filosófica nos apresente as relações observadas que nos possibilitam comparar dois objetos, de modo a declará-los como causa e efeito, Hume precisa ainda fornecer uma outra definição de modo a explicitar como nós passamos a inferir causalmente (isto é, como nós transferimos essas relações, uniformemente, para instâncias futuras, em que aquelas não foram observadas). Vejamos então como ele formula a segunda definição de “causa” (C2):

Se tal definição [a primeira] for considerada deficiente, porque extraída de objetos estranhos à causa, podemos substituí-la por esta outra: ‘Uma *causa* é um objeto anterior e contíguo a outro, e unido a ele de tal forma que a ideia de um determina a mente a formar a ideia do outro, e a impressão de um a formar uma ideia mais vívida do outro’ (T 1.3.14.31, grifo do autor)

O aparecimento de uma causa sempre conduz a mente, por uma transição habitual, à ideia do efeito; disso também temos experiência. Em conformidade com essa experiência, podemos, portanto, formular uma outra definição de causa e chama-la *um objeto seguido de outro, e cujo*

aparecimento sempre conduz o pensamento àquele outro (EHU 7.2.29, grifo do autor).

Como Hume afirma no *Tratado*, C2 apresenta os aspectos da causação que a caracterizam como uma relação natural. Toda relação natural é também uma relação filosófica, na medida em que consiste em uma comparação de ideias, contudo, uma relação natural se caracteriza por originar uma conexão de ideias em nossa mente (conforme o princípio de associação), em virtude da qual a imaginação passa facilmente de uma ideia a qualquer outra com a qual está assim relacionada. No caso da relação natural de causação, ao experienciar repetidamente que objetos de tipos *A* e *B* estiveram em relações de sucessão e de contiguidade (o que nos permite asserir que existe uma relação causal entre eles), adquirimos uma disposição mental que nos faz passar à ideia de *B*, sempre que experienciamos *A*, sem a necessidade de um ato reflexivo propriamente dito. Assim, enquanto C1 apenas faz referência à conjunção constante entre tipos de objetos sucessivos e contíguos, C2 se refere ao mecanismo psicológico do hábito e, conseqüentemente, à determinação mental que sentimos ao adquirirmos um tal hábito associativo.

Tanto no *Tratado* como na *Investigação*, Hume enfatiza que ambas as definições (C1 e C2) apenas apresentam “aspectos diferentes do mesmo objeto” (T 1.3.14.31) ou antes “duas perspectivas” sob as quais “podemos considerar a relação de causa e efeito” (EHU 7.2.29). Além disso, em ambas as obras, Hume sublinha que ambas as definições podem ser consideradas “deficientes”, “porque [são] extraída[s] de objetos estranhos à causa” (T 1.3.14.31) ou de “circunstâncias” estranhas à mesma. A sua justificativa para tal suposta deficiência é derivada de sua própria análise dos elementos que compõem aquilo que denominamos de “causa” ou de “relação causal”: “Não temos ideia dessa conexão, nem sequer uma noção distinta *do que é que desejamos saber* quando tentamos concebê-la” (EHU 7.2.29, grifo nosso). Afinal, quando concebemos uma causa ou uma relação de causação, não concebemos sequer aquilo que desejamos saber, isto é, a exata circunstância na causa ou o poder que ela possui, que faz com que o efeito seja produzido ou que eles estejam necessariamente conectados (em um sentido puramente objetivo). Embora admita que as duas definições possam parecer deficientes, porque foram extraídas de objetos que não constituem aquela suposta circunstância que, na causa, permitiria produzir necessariamente o efeito (em sentido objetivo forte), Hume argumenta que elas explicitam, da melhor maneira possível, aquilo que legitimamente significamos, quando utilizamos o termo “causa”. Aliás, como bem esclarece o filósofo no *Tratado*, a segunda definição foi fornecida justamente para tentar remediar esse inconveniente (ou seja, para mostrar o que significamos ao nos referirmos a uma conexão necessária entre causa e efeito). Assim, ele afirma: “Se também essa definição for

rejeitada *pela mesma razão*, o único remédio que vejo é que *as pessoas que se mostrarem tão exigentes a substituam por uma definição mais exata*. De minha parte, devo confessar que sou incapaz de realizar tal coisa” (T 1.3.14.31, grifos nossos).

II

Muitas das disputas interpretativas relativas às duas definições têm sua origem na interpretação que Robinson (1962) delinea. Tendo em vista o próprio modo como Hume as apresenta, Robinson considera que, com as definições, pretende-se delimitar, o que significa dizer, do ponto de vista semântico, que um objeto é a causa de outro, isto é, quais são as condições suficientes e necessárias para que possamos aplicar corretamente o termo “causa”. Desse modo, se focarmos no *Tratado* (e, com isso, levarmos em conta também a relação de contiguidade, em sentido amplo de que a causa se segue imediatamente ao efeito), as definições (C1 e C2) seriam formuladas da seguinte maneira:

(C1) Um objeto *A* é a causa de um objeto *B*, se e somente se, *A* antecede e é contíguo a *B* e *As* (isto é, objetos de tipo *A*) estão constantemente conjugados com *Bs*.

(C2) Um objeto *A* é a causa de um objeto *B*, se e somente se, *A* antecede e é contíguo a *B* e a ideia de *A* determina a mente a formar a ideia de *B*, bem como a impressão *A* determina a mente a crer na ideia de *B*.

Tendo isso em vista, Robinson argumenta que como as duas definições não são nem logicamente equivalentes, nem coextensivas (isto é, não empregam termos que são sinônimos, nem abrangem os mesmos objetos ou eventos), apenas uma das definições pode estar correta ou apresentar as corretas condições para o emprego do termo “causa”.

Ora, de modo a que um objeto *F* possa satisfazer C1, *F* deve ser um membro antecedente e contíguo de um par de objetos *F* e *G*, o qual é semelhante a outros pares (*Fs* e *Gs*). Mas ainda que objetos de tipo *F* sejam seguidos imediatamente, de modo regular, por objetos de tipo *G*, é possível que ninguém jamais tenha experienciado instâncias dessa regularidade. Nesse cenário, tais objetos não ocasionariam nenhuma associação mental a passar da ideia de *F* à ideia de *G* – caso em que, conseqüentemente, *Fs* iriam satisfazer as condições descritas em C1, mas não as condições descritas em C2. Em contraposição, de modo a satisfazer as condições descritas em C2, *F* deve ser um membro antecedente e contíguo de um par de objetos *F* e *G*, tal que a ideia de *F* determina a mente a passar à ideia de *G*. No entanto, é possível que *F* satisfaça C2, mas não satisfaça C1: pode ser o caso de que se observou uma amostra de *F* que não seja representativa de *F*, mas que, ainda assim, tal observação tenha

ocasionado uma determinação mental a passar do objeto tido como sendo *F* à ideia de *G*. Nesse cenário, o objeto antecedente e contíguo não instanciará uma legítima regularidade, na medida em que não seria o caso de que *G* iria se seguir a ele. Ainda assim, ter-se-ia uma determinação mental a passar da ideia de *F* à ideia de *G*. Seja porque não se tenha observado determinadas regularidades (que satisfazem C1, mas não C2), seja porque se tenha observado uma amostra não representativa de uma determinada regularidade, a qual ocasionou uma determinação mental (que satisfazem C2, mas não C1), Robinson argumenta que as definições não são coextensivas.

De modo a responder a essa falta de equivalência relativamente à sua extensão, o intérprete assume que, ou Hume incorreu em contradição ao afirmar que as duas definições apresentam “aspectos diferentes do mesmo objeto” (T 1.3.14.31), ou então apenas uma delas deve ser a “definição precisa de causa e efeito” (T 1.3.14.30). Desse modo, Robinson (1962: 167) argumenta que tão somente C1 deve ser considerada essa definição precisa, enquanto C2, na verdade, sequer é uma “definição” no sentido próprio do termo. Ele considera que a segunda definição (C2) foi formulada tão somente para explicitar o porquê de nós cremos, erroneamente, que a primeira definição (C1) contém um elemento a mais do que as relações nela descritas, a saber, uma conexão necessária entre os objetos. Como ele considera que Hume sustenta que nós não podemos, legitimamente, projetar a ideia de conexão necessária sobre os objetos, ele conclui que é um “erro filosófico” incluir a ideia de conexão necessária em nossa análise da relação de causação.

Em sua análise, Robinson (1962: 169) considera que, ao introduzir a relação de conjunção constante, Hume descobriu não só a *natureza* da conexão necessária que supomos haver entre a causa e o efeito, como também a condição suficiente que faltava para que um objeto *seja* a causa de outro. Não obstante, Hume deixa claro, ao introduzir a relação de conjunção constante em sua argumentação, que ela é uma condição suficiente “... para nos fazer *declarar* que dois objetos são causa e efeito...” (T 1.3.6.3, grifo nosso) e não uma condição suficiente para que um objeto *seja* a causa de outro – o que, a nosso ver, Hume não estabelece, de um ponto de vista metafísico. Como temos defendido, embora a conjunção constante seja suficiente para que possamos atribuir uma relação de causação entre os objetos, ela não é uma condição suficiente para que essa atribuição possa ser considerada, de um ponto de vista epistêmico, legítima, uma vez que, para isso, precisamos refletir coletivamente a respeito do hábito associativo que está sendo projetado. Sobretudo, não consideramos que Hume estabeleça que a causação se reduz, metafisicamente, a uma sucessão regular universal, porque, ao descobrir a relação de conjunção constante, ele não se refere a todas as sucessões regulares, isto é, as observadas e as não observadas, mas sim tão somente às observadas, tendo

em vista que somente elas podem ser uma condição para uma tal declaração. Com efeito, ele afirma: “... ela [essa recém-descoberta relação de uma conjunção constante] não implica nada mais que isto: objetos semelhantes têm se mostrado sempre [*have always been placed*] em relações semelhantes de contiguidade e sucessão” (T 1.3.6.3).

Ora, se nós pudéssemos discernir uma conjunção constante que sempre ocorreu, que sempre irá ocorrer e que jamais irá mudar, Hume não precisaria investigar “a maneira *como em nossos raciocínios ultrapassamos nossas impressões e concluímos que tais causas particulares têm de ter tais efeitos particulares*”, para então examinar a sua questão principal, a saber: “*em que consiste nossa ideia de necessidade quando dizemos que dois objetos estão necessariamente conectados um com o outro?*” (T 1.3.14.1, grifos do autor). Consequentemente, ainda que se considere que as relações de sucessão, contiguidade e conjunção constante (sublinhamos, as sucessões regulares sucessivas observadas) sejam suficientes para que declaremos que um objeto é a causa de outro, no sentido de que elas são as únicas relações empiricamente observáveis que nos permitem asserir uma tal relação, se não sentíssemos que esses objetos passaram a estar fortemente associados em nossa imaginação (ou se não fôssemos determinados, por um hábito associativo, a passar de um objeto a outro), não teríamos a capacidade de prever a existência de um a partir da existência de outro – o que nos parece ser requerido para que possamos declarar que um determinado objeto *causa* outro (isto é, que objetos do primeiro tipo sempre mantiveram e manterão relações semelhantes de anterioridade e contiguidade com objetos do segundo tipo). Hume parece admitir explicitamente essa consequência ao introduzir, na *Investigação*, o princípio do hábito: “*Sem a influência do hábito, seríamos inteiramente ignorantes de toda questão de fato que extrapole o que está imediatamente presente à memória e aos sentidos. [...] Pôr-se-ia de imediato um fim a toda ação, bem como à parte principal da especulação*” (EHU 5.1.6, grifo nosso).

Além disso, se a relação de causação fosse reduzida semanticamente a essas relações – ou, em outros termos, se a proposição “*A causa B*” significasse tão somente “*A é anterior e contíguo a B*, tal que todos os *As* observados foram seguidos contiguamente por *Bs*” –, não seríamos capazes de diferenciar os casos em que consideramos que essa regularidade passada *deve* ocorrer em instâncias não observadas (isto é, os casos em que mudamos nossa atitude modal frente aos dados da experiência) e os casos em que consideramos que essa é tão somente fortuita. Apenas podemos considerar essa distinção, na medida em que projetamos os hábitos associativos, que determinam nossa mente, sobre os objetos – e isso não para incorrerem em um erro de projetarmos uma necessidade subjetiva em um mundo que não possui uma

necessidade objetiva, mas sim para, dessa forma, constituirmos essa própria objetividade, com os elementos que temos à nossa disposição.

A nosso ver, é por não reduzir o significado da relação de causação a essas relações que Hume passa a examinar como nós inferimos acerca de causas e efeitos, mediante a transição daquilo que observamos para aquilo que não observamos¹ – nesse sentido, é apenas quando formulamos inferências indutivas, mediante os hábitos associativos que adquirimos (a partir da experiência de conjunções constantes), que nós passamos a encarar os eventos como necessários (e, desse modo, a prever a existência de determinados objetos a partir da existência de outros).

III

Como Hume forneceu duas definições para o termo “causa”, em suas duas principais obras, e insistiu que elas apresentam “duas perspectivas” para que possamos considerar a relação de causação, não é impertinente procurar fornecer uma outra explicitação acerca de como essas definições podem ser consideradas conjuntamente. Em específico, Garrett (1997: 102) buscou uma solução para esse impasse perguntando: o que Hume quer dizer ao se referir ao termo “definição”, se ele não busca fornecer as condições suficientes e necessárias para o correto emprego do termo “causa” (isto é, se ele não busca fornecer uma definição propriamente semântica do termo)?

No início da seção em que o filósofo busca explicitar em que consiste a nossa ideia de conexão necessária, ele argumenta “... que os termos *eficácia, ação, poder, força, energia, necessidade, conexão e qualidade produtiva* são quase sinônimos; e [que], por isso, é absurdo empregar qualquer um deles para definir o resto” (T 1.3.14.4, grifos do autor). Assim, podemos considerar que Hume, a princípio, aceita a ideia do que constitui uma definição para Locke. Vejamos:

Penso que todos concordam que definir é mostrar o significado de uma palavra por outros termos que não são sinônimos dela [I think, it is agreed, that a Definition is nothing else, but the shewing the meaning of the Word by several other not synonymous Terms]. O significado de uma palavra é a ideia que ela representa: mostra-se o significado de um termo, define-se uma palavra, quando a ideia que ela significa, à qual está anexada na mente de

¹ Vejamos como Hume continua aquela mesma passagem: “Tendo visto que, após a descoberta da conjunção constante entre dois objetos quaisquer, nós sempre fazemos uma inferência de um a outro, examinaremos agora a natureza dessa inferência e da transição da impressão à ideia. Talvez acabemos descobrindo que, em vez de a inferência depender da conexão necessária, é a conexão necessária que depende da inferência (T 1.3.6.3, grifos nossos).

quem fala, é como que representada ou oferecida à vista em palavras que garantem significação (EHU 3.4.6, grifos do autor).

Mas Locke não enfrenta dificuldades em mostrar como nós podemos definir termos gerais (ou palavras), porque, em sua teoria, as ideias que estão a eles associados também são consideradas gerais, ou seja, ideias que são “... depuradas de circunstâncias de tempo e de lugar e de toda outra ideia que as determine a esta ou aquela existência particular” (ECHU 3.3.6-8). Ao excluir determinadas características de uma determinada ideia particular, o filósofo sustenta que criamos mentalmente uma nova ideia, a qual, por não dizer respeito à existência real dos objetos, pode ser destituída dessa maneira, passando a ter um conteúdo representacional não determinado e uma extensão mais compreensiva.

No entanto, Hume insiste que tais ideias gerais não podem ser concebidas em nossa mente do modo como Locke as descreve, uma vez que toda ideia que concebemos possui um grau preciso de quantidade e qualidade. Na verdade, Hume argumenta, elas “... não passam de ideias particulares que vinculamos a um certo termo, termo este que lhes dá um significado mais extenso e que, quando a ocasião o exige, faz com que evoquem outros indivíduos semelhantes a elas” (T 1.1.7.1). Quando percebemos uma semelhança entre diversos objetos particulares, aplicamos a todos eles (ou a todas as instâncias em que eles se assemelham) o mesmo termo ou a mesma palavra, ainda que eles difiram em seus graus de quantidade e qualidade. Após termos adquirido tal hábito ou disposição mental, a mera menção desse termo desperta em nossa mente a ideia de qualquer um desses objetos (ou instâncias de um termo geral). Mas como um mesmo termo é associado frequentemente a diferentes objetos particulares (ou a instâncias particulares), que possuem determinados graus de qualidade e quantidade determinados, esse termo não é capaz de despertar a ideia de todos esses indivíduos. Por isso, um termo desperta antes uma ideia particular, devido ao hábito ou a disposição que adquirimos ao observarmos todas as ideias particulares semelhantes a ela (T 1.1.7.7). Assim, se essa ideia particular despertada (ou concebida na mente) não concorda com determinado raciocínio, no qual nos utilizamos do termo a ela associado, esse hábito produz qualquer ideia particular que se faça necessária², a qual também foi associada a tal termo. Uma ideia particular adquire uma significação geral, porque o termo a ela associado evoca esse hábito ou essa disposição em trazer à mente qualquer outra ideia particular que se lhe assemelhe.

² Hume exemplifica: “Assim, se mencionamos a palavra triângulo e formamos a ideia de um triângulo equilátero particular que lhe corresponda, e se depois afirmamos que *os três ângulos de um triângulo são iguais entre si*, os outros casos individuais de triângulos escalenos e isósceles, que a princípio negligenciamos, imediatamente se amontoam à nossa frente, fazendo-nos perceber a falsidade dessa proposição, que, entretanto, é verdadeira em relação à ideia que havíamos formado” (T 1.1.7.8, grifo do autor).

Garrett (1997: 104) denomina de *revival set* o conjunto de ideias de objetos ou instâncias particulares, relativamente ao qual um termo geral pode redespertar, em nossa mente, qualquer um de seus membros, conforme “... os propósitos da reflexão e do *diálogo*” (T 1.1.7.2, grifo nosso). Com efeito, Garrett argumenta que, no interior do sistema humeano, uma definição de um termo geral deve transmitir a outras pessoas, de alguma maneira, a habilidade de trazer à mente qualquer membro particular do *revival set* desse termo, de modo a que tal hábito adquirido possa ser redespertado na mente dessas pessoas. Essa transmissão apenas é possível, conseqüentemente, se se caracteriza aquilo que todas as instâncias factuais ou todas as ideias das mesmas têm em comum, em virtude do qual essas instâncias foram associadas umas às outras e ao termo em questão. No caso da definição do termo “causa”, há ainda uma dificuldade adicional: como esse é um termo relacional – que só tem significado por referência ao termo “efeito”, que designa uma relação entre dois tipos de objetos (chamados “causa” e “efeito”) – a sua definição deve especificar as características que são compartilhadas pelas ideias dos pares de objetos, as quais estão associadas a esse termo (e que não são compartilhadas pelas ideias de outros pares de objetos, isto é, dos pares “não-causais”). De modo a determinar as características que todos os membros desse *revival set* têm em comum, Hume iniciou sua investigação pelas instâncias particulares (ou pelos pares de objetos) que são comumente tidas como exemplares de uma relação de causação propriamente dita (lembramos do famoso exemplo do choque das bolas de bilhar) e indagou sobre o que experienciamos em tais instâncias que as tornam semelhantes (ou não) a outras instâncias (isto é, a outros pares de objetos). Assim, já no início de sua investigação (T 1.3.2), Hume estabelece as características que nos fazem considerar um par de objetos como constituindo uma relação causal (isto é, como sendo membros do *revival set* que associamos ao termo “causa” ou, mais precisamente, “causação”): “...todos os objetos considerados causas ou efeitos são *contíguos*...” (T 1.3.2.6, grifo do autor); todos os objetos considerados causas são *anteriores* aos objetos considerados efeitos; e, embora ele não encontre “... a relação [que] é muito mais importante que as outras duas...” (T 1.3.2.11), de algum modo, eles estão *necessariamente conectados*.

Porém, de modo a determinar as características do *revival set* da ideia de causação, Hume precisaria ainda clarificar a nossa ideia de conexão necessária, mediante uma busca da impressão que a corresponde e origina (o que ele apenas fará doze seções após ter colocado esse problema). Como vimos, essa investigação nos mostra que todas as ideias de pares de objetos desse *revival set* têm duas características em comum. Primeiramente, cada um desses pares se constitui de tal modo que encontramos diversos objetos semelhantes em relações semelhantes de contiguidade e sucessão, isto é, encontramos uma conjunção constante entre dois tipos de objetos (T 1.3.6.3) – no exemplo do par das bolas de bilhar, experienciamos a

comunicação de movimento por impulso de uma bola a outra em diversos casos semelhantes. Em segundo lugar, quando experienciamos uma tal conjunção constante, forma-se uma determinação em nossa mente a sempre passar da ideia do objeto anterior à ideia do objeto seguinte – no exemplo referido, sempre que experienciamos uma nova bola de bilhar se movendo em direção a outra, nossa mente é determinada a conceber o movimento da segunda bola (antes mesmo de tê-lo experienciado nessa instância particular).

Ora, uma vez que Garrett (1997: 108-117) pretende mostrar como as duas definições de causa podem ser consideradas conjuntamente (sem privilegiar uma em detrimento da outra), estabelecendo que elas se equivalem extensivamente (ou seja, que elas abarcam os membros de um mesmo *revival set*), ele precisa fornecer uma solução à interpretação de Robinson. Como vimos, para esse último intérprete, há pares de objetos que podem ser descritos por C1, mas não por C2 – aqueles que não ocasionam nenhuma determinação mental por não terem sido observados por ninguém (ou nenhuma mente) – e, inversamente, há pares de objetos que podem ser descritos por C2, mas não por C1 – aqueles que não representam uma legítima regularidade, mas que, ainda assim, ocasionam aquela determinação mental³.

No geral, a solução de Garrett gira em torno da seguinte pergunta: qual é “a mente” a que Hume se refere em C2 no *Tratado* ou qual é “o pensamento”, referido em C2 na *Investigação*? Essa “mente” seria a “minha mente”, a “mente de qualquer pessoa” ou uma “mente que possui um mecanismo inferencial ou associativo bem desenvolvido, que apenas experiencia pares de objetos representativos de uma legítima regularidade e que não possui nenhuma predisposição que interfira nesse mecanismo, como as que são formadas a partir da religião ou das excentricidades da imaginação” (isto é, uma “mente *humana* idealizada”)? Dessa maneira, Garrett descobre uma ambivalência em C2, que não é discutida por Robinson, na medida em que esse último considera que C2 apenas se refere à determinação mental que ocorre em um observador particular ou individual – o qual, por estar submetido às circunstâncias contingentes de sua percepção individual, pode considerar erradamente um par de objetos como sendo representativo de uma regularidade. Esse observador pode não ser determinado a passar de um objeto a outro, porque não experienciou suficientemente uma conjunção desse tipo no passado, quando, de fato, essa determinação irá ocorrer, tão logo ele tenha essa experiência constante. Nesse sentido, C2 apenas seria subjetivamente condicionada, asserindo que um objeto é a causa de outro, se e somente se, a sua conjunção ocasionou uma associação psicológica em uma pessoa particular.

³ Cabe sublinhar que a solução de Garrett é aceita por importantes intérpretes, como Allison (2008: 200), o qual, inclusive, busca fornecer uma defesa às críticas que se fizeram à mesma.

Garrett (1997: 107) formula essa objeção estabelecendo uma analogia com as duas definições de “virtude”, que são fornecidas por Hume em sua investigação acerca de como derivamos nossas distinções morais. Também ali Hume nos fornece duas definições que se referem, por um lado, às propriedades objetivas (isto é, empiricamente observáveis) que podemos encontrar nas paixões tidas por virtuosas, e, por outro, à reação subjetiva que essas propriedades ocasionam na pessoa que as observa. Nos termos de Hume (na *Investigação sobre os princípios da moral*), “virtude” consiste:

[V1] “... na posse de qualidades mentais *úteis* ou *agradáveis* para a *própria* pessoa ou para *outros* (ECPM 9.1, grifos do autor), bem como

[V2] em “... *qualquer ação ou qualidade mental que comunica ao espectador um sentimento agradável de aprovação*” (ECPM Apêndice 1.10, grifo do autor). As propriedades que tornam uma qualidade mental (ou uma paixão) como passível de ser considerada virtuosa são a utilidade ou a agradabilidade, as quais, por sua vez, produzem um efeito psicológico no “espectador”, que é o sentimento de aprovação.

Ora, assim como no caso da referência à “mente” em C2, o “espectador” referido em V2 poderia ser facilmente tomado como representando um espectador humano individual. Não obstante, uma avaliação acerca de uma qualidade mental dita “virtuosa” não pode ser decorrente de um ponto de vista particular, no qual se considera se essa qualidade é útil ou agradável, tendo em conta apenas o indivíduo em questão (e os seus interesses, inclinações etc.), mas sim de um ponto de vista geral, em que se considera se essa qualidade é ou não virtuosa, tendo em conta o benefício que ela proporciona a todos os indivíduos de uma dita sociedade. Assim, Garrett argumenta, se V2 exige que postulemos um “espectador idealizado”, mediante a consideração das condições dessa “idealidade”, o mesmo raciocínio pode ser aplicado a C2. Mediante o delineamento dessa “mente idealizada”, Garrett (1997: 109) defende que ambas as definições podem ser lidas de um modo subjetivo, como se referindo a uma mente individual, ou de um modo absoluto, como se referindo a essa mente idealizada.

Embora Robinson considere que C1 faça referência às conjunções constantes não experienciadas por ninguém, como já mencionamos, é patente que, ao descobrir a relação de conjunção constante, Hume apenas se refere às que foram observadas por alguém. Inclusive, no *Tratado*, C1 apresenta a relação de causação como uma relação filosófica, o que também sugere fortemente isso, afinal, uma comparação de ideias (que constitui um raciocínio propriamente dito) pressupõe claramente uma mente que empreenda essa comparação. Mas se, ainda assim, isso não for considerado evidência suficiente, logo após ter fornecido as duas definições de causa na *Investigação*, em uma clara aplicação das mesmas a um exemplo particular, Hume afirma que, quando “dizemos [...] que a vibração desta corda é a causa deste

som particular”, apenas queremos dizer “*que esta vibração é seguida por esse som, e que todas as vibrações semelhantes têm sido seguidas por sons semelhantes*” ou “*que esta vibração é seguida por este som e que, assim que a primeira aparece, a mente antecipa os sentidos e forma imediatamente a ideia do segundo*” (EHU 7.2.29, grifos do autor). Assim, não há no texto humeano nada que sugira que, por um lado, C1 deve sempre ser lida de modo absoluto, isto é, como se referindo a todas as conjunções constantes (as observadas e as não observadas, as passadas e as futuras) nem que, por outro lado, C2 deve sempre ser lida de um modo subjetivo, como se referindo a uma mente individual, que apenas experienciou um determinado número de conjunções constantes passadas e que pode experienciar exemplares não representativos de uma dessas conjunções.

Consequentemente, Garrett conclui que se C1 e C2 forem lidas tanto de um modo subjetivo (como se referindo às conjunções constantes experienciadas por uma mente individual e à determinação mental ocorrida nessa mente) ou se C1 e C2 forem lidas de um modo absoluto (como se referindo a todas as conjunções constantes e à determinação mental ocorrida em uma mente idealizada), elas são definições coextensivas e transmitem as características que todos os membros do *revival set* do termo “causa” têm em comum (seja tomado subjetivamente ou absolutamente). Sobretudo, Garret (1997: 111) conclui também que, embora C1 não se refira à ideia de conexão necessária ou à impressão da qual ela deriva, tal definição caracteriza, indiretamente, o mesmo *revival set* (o mesmo conjunto de ideias de pares de objetos) que é tomado como sendo relacionado por uma conexão necessária: a saber, mediante a caracterização dos pares de objetos desse conjunto de ideias. Portanto, Garrett apresenta uma interpretação que, a princípio, permite que Hume considere ambas as definições como corretas, uma vez que elas apresentam, conjuntamente, os únicos modos (subjetivo e absoluto), mediante os quais podemos adequadamente caracterizar o conjunto de ideias de causas e efeitos, que constitui a nossa representação da relação de causalção.

IV

Ao buscar defender que Hume também se compromete com a noção de uma “mente idealizada” em C1, Allison (2008:202) argumenta que tal noção nos permite explicitar como, reflexivamente, podemos julgar que o *revival set*, que alguém associou ao termo “causa”, não seja completo ou mesmo adequado. Essa incompletude ou inadequação seria explicitada porque essa pessoa não associou todos os pares de objetos que devem ser tidos por “causais” (o que só seria possível mediante um apelo ao *revival set* absoluto de uma mente idealizada,

que contém também os pares regulares não observados), ou porque ela associou pares de objetos que não devem ser tidos por “causais”.

Não obstante, consideramos que a noção de uma “mente idealizada”, bem como a interpretação que Garrett constrói sob o seu delineamento, também estão sujeitas a ambivalências, as quais põem em xeque a equivalência coextensiva das definições (que Allison tanto busca defender). Como bem argumenta Beebee (2006: 96-97), a noção de uma “mente idealizada” exige uma idealização que não passa apenas pelo viés psicológico, mas também pelo viés metafísico: se se supõe que seja possível que uma mente idealizada experiencie apenas exemplares representativos de uma *legítima* regularidade, tal suposição não diz respeito apenas ao modo como essa mente observa os objetos ou fatos (ou ao modo como seu mecanismo associativo opera frente aos dados da experiência), mas sim diz respeito também ao modo como, metafisicamente, o mundo se constitui, uma vez que se supõe que não haverá nenhuma mudança no curso dos fatos e que o mesmo sempre permanecerá uniforme. Em outras palavras, para que alguém só observe amostras de *F* que sejam representativas de *Fs* (isto é, de objetos de tipo *F*), deve-se supor não apenas que essa mente tenha uma alta capacidade de perceber a semelhança (ou a falta dela) nos objetos particulares, mas principalmente que não pode ocorrer nenhuma mudança no curso dos fatos, a qual impossibilite o reconhecimento dessas amostras (ou desses objetos) enquanto *Fs*. Beebee sublinha que a sua ressalva não objetiva “superidealizar” a noção de uma “mente idealizada”, nem mesmo negar que uma mente humana possa ser idealizada, mas sim mostrar que uma mente humana idealizada tão somente é possível, se se pressupõe que não há nenhuma mudança no curso da natureza.

Além disso, Garrett também assume, assim como Robinson, que a leitura absoluta de C1 se refere às conjunções constantes ditas “universais”, isto é, que representam uma suposta regularidade universal, que ocorre em todos os tempos e espaços. No entanto, se C1 se referisse, em sua leitura absoluta, às conjunções constantes universais, em oposição às conjunções constantes experienciadas por uma mente individual (que seriam referidas em sua leitura subjetiva), seria inteiramente prescindível que ocorresse aquilo que C2 caracteriza, isto é, uma determinação em uma mente idealizada a passar de um tipo de objeto a outro. Afinal, como essa mente estaria consciente, supostamente, de todas as conjunções constantes que sempre se mantiveram e se manterão uniformes, o seu discernimento acerca de uma relação causal entre os objetos não passaria por um mecanismo psicológico que a permitisse prever ou antever instâncias não observadas ou futuras – tal discernimento já seria possível pela própria consciência das supostas regularidades universais, em oposição às que não são universais.

Por exemplo, Garrett assume que uma mente idealizada não só experiencia objetos particulares representativos da conjunção constante entre *Fs* e *Gs*, mas sim todos os *Fs* e *Gs* –

só assim poderíamos afirmar que todos os objetos de tipo F ocorrem em conjunção com objetos de tipo G e que, conseqüentemente, temos uma conjunção constante universal. Ora, se se pudesse estar consciente de que todos os Fs (todos os objetos particulares tidos por instâncias de F , que existiram e que passarão a existir) mantêm relações semelhantes de anterioridade e contiguidade com todos os Gs , poder-se-ia, ao fim, reduzir semanticamente a relação de causação entre Fs e Gs às relações de sucessão, contiguidade e conjunção constante (entendida então como a que ocorre em todos os tempos e espaços); e, metafisicamente, a uma pura regularidade universal. Mas como uma tal consciência, que supostamente pode observar todos os objetos, em todos os tempos e espaços, reconhecidamente não poderia ser uma consciência humana, não consideramos que Hume empreenda uma tal redução, seja semanticamente ou metafisicamente.

A nosso ver, o problema em se pressupor, na teoria humeana, a existência de conjunções constantes universais, como é o caso da interpretação de Allison (2008: 204) a respeito do que constitui uma necessidade objetiva (consequência metafísica descrita no parágrafo anterior), é que, desse modo, se atribui a Hume a defesa de uma metafísica da causação, a qual não é conciliável com importantes partes da argumentação acerca da relação de causação como um todo. Por um lado, nunca poderíamos averiguar empiricamente a existência dessas supostas conjunções constantes universais: como não podemos experimentar todas as instâncias particulares de uma dita “conjunção constante universal”, ela sempre pode, no fim das contas, comportar alguma exceção e, com isso, não instanciar essa tal “universalidade”. Por outro, se as conjunções constantes universais são tomadas como existentes e como constituindo a necessidade objetiva entre causas e efeitos, assume-se, metafisicamente, que “*o curso da natureza continua sempre uniformemente o mesmo*” (T 1.3.6.4, grifo do autor). Ou seja, pressupõe-se o princípio de uniformidade “*de que os casos de que não tivemos experiência devem se assemelhar aos casos de que tivemos experiência*” (T 1.3.6.4, grifo do autor), desconsiderando-se totalmente os motivos psicológicos que o filósofo encontrou para explicitar o porquê de nós nos engajarmos em inferências indutivas (motivos esses que, como vimos, explicitam como geneticamente a nossa própria razão probabilística é formada).

Sobretudo, para que, em sua leitura absoluta, C1 e C2 sejam coextensivas (ou seja, para que elas acionem os membros de um mesmo *revival set*, associado ao termo “causa”), as condições descritas em C1 devem possibilitar as condições descritas em C2, como ocorre em sua leitura subjetiva – e não as tornar prescindíveis. Ora, dois tipos de objetos sucessivos e contíguos, que instanciam uma dada conjunção constante, apenas ocasionarão uma

determinação psicológica em uma mente idealizada, se, no fim das contas, essa mente precisar dessa determinação para prever ou antever essa conjunção em casos futuros, em que apenas um desses tipos de objetos é dado na experiência. Caso contrário, esses objetos não funcionariam psicologicamente como relacionados causalmente, uma vez que essa mente estaria consciente das relações causais a partir de seu discernimento, digamos, imediato, das supostas conjunções constantes universais. Nesse sentido, concordamos com a conclusão de Beebe (2006: 98) de que C1, em sua leitura absoluta, deve também se referir às conjunções constantes observadas – conseqüentemente, a diferença entre uma mente idealizada (sublinhamos, humana) e uma mente individual consistiria em que a primeira observou todas as conjunções constantes passadas que já ocorreram e apenas experienciou exemplares de objetos ou eventos representativos de uma legítima regularidade *passada*.

Com efeito, Beebe reformula a interpretação de Garret da seguinte maneira: seja em sua leitura subjetiva ou absoluta, C1 nos descreve as circunstâncias externas, em virtude das quais dois objetos funcionam como estando psicologicamente relacionados causalmente, enquanto C2 nos descreve as circunstâncias internas, isto é, os processos psicológicos, mediante os quais dois objetos adquirem essa função, passando a estar relacionados causalmente – seja para uma mente individual ou uma mente idealizada. Ao empreender essa reformulação, Beebe consegue explicitar como C1 e C2 podem se equivaler em sua extensão, sem se comprometer com a questão de se elas devem ser tidas como “definições” propriamente ditas (isto é, como provendo as condições suficientes e necessárias para que um objeto seja a causa de outro), uma vez que elas são então tomadas apenas como especificando as condições sob as quais os juízos causais são empreendidos (seja em uma mente individual ou uma mente idealizada).

Não obstante, como vimos, Robinson considera que C1 é a definição precisa do termo “causa” (ou “causação”), porque ela abarcaria pares de objetos não experienciados, os quais, por isso, não ocasionariam uma determinação na mente de ninguém. Conseqüentemente, até aqui, a interpretação que estamos delineando a partir de Garret e Beebe apenas poderia ser aceita, frente à interpretação de Robinson, se se aceita que a equivalência coextensiva de C1 e C2 seja realmente um fator decisivo para a interpretação dessa parte da argumentação humeana. Busquemos então uma outra via, que mostre que a interpretação de Robinson nos levará a determinados pressupostos, que não estão postos na teoria humeana. Lembremos do exemplo da conjunção constante entre Fs e Gs : de modo a que um objeto F satisfaça C1, F deve ser um membro antecedente e contíguo de um par de objetos F e G , o qual é semelhante a outros pares. Segundo a interpretação de Robinson, F pode satisfazer C1, mas não C2, porque é possível que ninguém jamais tenha experienciado conjunções entre Fs e Gs . A solução de Garret, a partir

do delineamento de uma mente idealizada, não responde adequadamente o problema posto por Robinson, porque, como argumenta Beebee, no fim das contas, Garret precisaria de uma mente idealizada não humana – só assim ele garantiria que uma mente pode estar consciente de todas as conjunções entre os objetos, em todos os tempos e espaços. Mas ainda que Beebee resgate a humanidade dessa mente idealizada, ao colocar que a mesma apenas pode estar consciente das conjunções constantes passadas, e, com isso, garanta a equivalência coextensiva entre C1 e C2, sem tornar C2 inteiramente prescindível, parece-nos que o problema, tal como colocado por Robinson, poderia ressurgir – afinal, C1 ainda poderia se referir às conjunções constantes não observadas por ninguém, nem por uma mente individual, nem por uma mente idealizada humana.

No entanto, para que isso ocorra, dever-se-ia tomar C1 como se referindo necessariamente às conjunções constantes futuras, uma vez que, se uma conjunção constante entre dois tipos de objetos já ocorreu, uma mente idealizada humana estaria consciente da mesma – lembremos que a interpretação de Robinson não contempla a hipótese de uma leitura absoluta de C2, como ocorre com C1. Em outros termos, ou a conjunção constante entre *Fs* e *Gs* já ocorreu e uma mente idealizada humana já estaria consciente da mesma (tendo, conseqüentemente, já ocorrido uma determinação mental), ou ela não ocorreu, porque ainda não existem nenhum *F* ou *G*. Mas se *Fs* e *Gs* ainda não ocorreram na experiência, eles também não satisfazem as condições descritas em C1. Em contrapartida, se se desconsidera o delineamento de uma mente idealizada humana como uma solução para que C1 e C2 sejam equivalentes extensivamente, porque se considera que uma tal idealização não teria espaço na teoria humeana, dever-se-ia, nesse caso, desconsiderar principalmente a pressuposição de uma conjunção constante universal, que se dá em todos os tempos e espaços (ou que sempre ocorreu e irá ocorrer). Contrariamente à hipótese do delineamento da noção de uma mente idealizada humana, que é formada por analogia a uma mente individual, a pressuposição de uma conjunção constante universal é inteiramente hipotética, independentemente de Hume explicitar o porquê de nós estendermos as regularidades que experienciamos, nos casos passados, aos casos futuros, de um ponto de vista psicológico. Como Hume afirma: “A natureza da experiência é a seguinte. Lembramo-nos de ter tido exemplos frequentes da existência de objetos de certa espécie; e também nos lembramos de uma outra espécie de objetos, existindo em uma *ordem regular* de contiguidade e sucessão a eles” (T 1.3.6.2, grifo nosso). Nesse sentido, as interpretações reducionista e regularista só se sustentam efetivamente, se se pressupõe que, semanticamente, uma conjunção constante universal, como constituindo aquilo que é significado pelo termo “causa” (ou “causação”), e pelo viés metafísico, uma regularidade

universal, como representando aquilo que subjaz a toda e qualquer conjunção constante universal (ou a toda e qualquer relação de causação).

Como não podemos estar inteiramente certos sobre a existência de uma suposta conjunção constante universal, na medida em que isso implicaria que estamos conscientes de uma conjunção que sempre ocorreu e sempre ocorrerá, sem exceções, o “dever ser” que declaramos em uma inferência causal (ou a nossa mudança de atitude modal frente aos dados sensíveis) não pode ser decorrente da pressuposição de uma tal universalidade. Como Hume afirma na *Investigação*:

A natureza sempre afirmará seus direitos e prevalecerá, ao final, sobre qualquer espécie de raciocínio abstrato. Embora, por exemplo, seja preciso concluir [...] que em todos os raciocínios baseados na experiência a mente dá um passo que não encontra apoio em nenhum argumento ou processo do entendimento, *não há perigo de que estes raciocínios, dos quais quase todo conhecimento depende, cheguem a ser afetados por tal descoberta* (EHU 5.1.2, grifos nossos).

A pressuposição da existência de uma regularidade universal introduz uma diferença metafísica entre as várias conjunções constantes experienciadas. A determinação mental descrita em C2 não pode introduzir essa diferença. Apesar disso, é ela que nos permite, em um primeiro momento, assentir que determinadas conjunções se manterão uniformes em circunstâncias futuras, e, em um segundo momento, avaliar criticamente, em relação ao sistema coletivo de crenças, se essas dadas conjunções devem ou não continuar sendo tidas por “causais” (ou, mais propriamente, quais os graus de crença ou assentimento que, reflexiva e coletivamente, devemos atribuir a elas). Como apenas conjuntamente as definições de “causa” (ou “causação”) podem constituir aquilo que denominamos de “conexão necessária” entre causa e efeito, consideramos que a conjunção constante descrita em C1 é tão essencial quanto a determinação mental descrita em C2.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, Henry. *Custom and Reason in Hume – A Kantian Reading of the First Book of the Treatise*. New York: Oxford University Press, 2008.
- BEEBEE, Helen. *Hume on Causation*. New York: Routledge, 2006.
- BEEBEE, Helen; HITCHCOCK, Christopher; MENZIES, Peter (org.). *The Oxford Handbook of Causation*. New York: Oxford University Press, 2009.
- GARRET, Don. *Cognition and Commitment in Hume's Philosophy*. New York: Oxford University Press, 1997.
- HUME, David. *An Enquiry concerning Human Understanding and Selections from Human Nature*. Chicago: The Open Court Publishing Co, 1921.
- HUME, David. *A Treatise of Human Nature*. Editado por Selby-Bigge (1888) e revisto por P. H. Nidditch. London: Oxford University Press, 1978.
- HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Traduzido por José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- HUME, David. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Traduzido por Déborah Danowski, 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Traduzido por Pedro Paulo Garrido Pimenta. São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2012.
- ROBINSON, J. A. "Hume's two Definitions of 'Cause'" *Philosophical Quarterly*, 1962, nº 12, pp. 162-171.